

## Inclusão escolar de alunos surdos: uma análise crítica

**Naia Maris de Barros Balbino**<sup>1</sup>; **Tânia Fernandes Silva**<sup>2</sup>, drataniaf@yahoo.com.br;  
**Karine Chaves Pereira**<sup>3</sup>; **Fábio Mone e Silva**<sup>4</sup>; **Sonia Maria Dal Sasso**<sup>5</sup>

1. Graduada em Terapia Ocupacional pela Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG;
2. Mestre em Comunicação Social pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Juiz de Fora, MG; professora na Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG;
3. Enfermeira e preceptora do Departamento de Medicina e Enfermagem da Universidade Federal de Viçosa (UFV), MG;
4. Graduado pela Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC), Ubá, MG; enfermeiro;
5. Mestre em Letras pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES), MG; professora na Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé, MG.

Artigo protocolado em 20 fev. 2012 e aprovado em 23 mar. 2012.

**RESUMO:** Trata-se de pesquisa de campo, exploratória e qualitativa, que analisou a inclusão escolar de alunos surdos na Escola Estadual Silveira Brum, no município de Muriaé (MG). A coleta dos dados ocorreu no período de junho a setembro de 2010, através de instrumento semi estruturado e da observação participante. Para a análise de dados, tomaram-se como base as premissas de Bardin (1977) e Minayo (2000). Por meio da coleta de dados foi observado o comprometimento da escola para atender as necessidades dos alunos surdos a fim de se tornar uma escola inclusiva.

**Palavras-chave:** inclusão escolar, deficientes auditivos, Terapia Ocupacional.

**RESUMEN: Escuela inclusión de estudiantes sordos: un análisis crítico.** Se trata de una investigación de campo, exploratorio y cualitativo, que analizó la inclusión educativa de los alumnos sordos en la Escuela Dr. Silveira Brum, en Muriaé (MG). La recolección de datos tuvo lugar entre junio y septiembre de 2010 hasta el semi-estructurado instrumento y la observación participante. Para el análisis de los datos, se tomó como base las premisas de Bardin (1977) y Minayo (2000). A través de la recolección de datos se hizo notar el compromiso de la escuela para satisfacer las necesidades de los alumnos sordos con el fin de convertirse en una escuela inclusiva.

**Palabras llaves:** la matrícula escolar, auditiva alterada, Terapia Ocupacional.

**ABSTRACT: School inclusion of deaf students: a critical analysis.** It is a field research, exploratory and qualitative, which analyzed the educational inclusion of deaf students at Dr. Silveira Brum School, in Muriaé (MG). Data collection occurred from June to September, 2010 through semi-structured instrument and participant observation. For data analysis, it was taken as basis the premises of Bardin (1977) and Minayo (2000). Through data collection it was noted the commitment of the school to meet the needs of deaf students in order to become an inclusive school.

**Keywords:** school enrollment, hearing impaired, Occupational Therapy.

## Introdução

De acordo com o Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999, a deficiência auditiva é uma “perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando em graus e níveis”. São chamados de surdos os indivíduos que têm perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido.

O efeito principal da surdez é a interferência com a comunicação por meio da fala. Ao não ouvir, evidentemente carece de falar. E é mudo porque é surdo.

Freitas (1997) afirma que há diversas causas da deficiência auditiva. Doenças congênitas, como as viroses maternas como a rubéola, sarampo, herpes, etc; as doenças tóxicas da gestante com a sífilis, citomegalovírus e toxoplasmose; por consanguidade e pelo fator RH. A ingestão de drogas ou alcoolismo materno e medicamentos tóxicos também são capazes de lesar o nervo auditivo. Também é possível ocorrer a surdez em decorrência de problemas no parto, como pré-maturidade, pós-maturidade, anóxia, fórceps e infecções hospitalares, essas são algumas causas perinatais. Já a deficiência adquirida pode surgir ao longo da vida quer por acidente, como por exemplo, exposição a sons impactantes como uma explosão, quer por doenças como a predisposição genética, otosclerose, meningite, ingestão de remédios tóxicos em excesso ou viroses. Conforme Souza (2003), a deficiência auditiva por exposição ao barulho pode ser temporária ou permanente.

A surdez também pode ser classificada em graus de severidade: audição normal, perda auditiva leve, perda auditiva moderada, perda auditiva severa, perda auditiva profunda. A audição normal corresponde a limiares tonais entre 0 e 24 dB do nível de audição (SOUZA, 2003).

Quem tem perda auditiva leve escuta qualquer som, desde que ele esteja um pouco mais alto. Aquele que tem perda auditiva moderada pode entender qualquer som desde que a pessoa esteja perto dele. O que sofre de perda auditiva moderada a severa só escuta se a fala for dita com bastante intensidade e aquele que tem perda auditiva severa apresenta dificuldade para discriminar consoante, mas distingue as vogais, precisando, assim, do apoio visual. E, por último, perda auditiva profunda é aquela em que o indivíduo escuta apenas os sons graves que transmitem vibração como, por exemplo, o som de helicóptero, trovão (SOUZA, 2003).

Assim, dadas às diversas causas da deficiência auditiva, percebe-se que a conscientização, o respeito à vida, o cuidado com a gestante e a criança além de indispensáveis, são fortes aliados na prevenção desse problema.

O Programa Saúde na Escola (PSE) propõe que a intervenção primária no contexto escolar é de extrema importância, pois tem como objetivo a redução das vulnerabilidades, além de contribuir para promoção e educação em saúde promovendo ações relacionadas à saúde integral, como a qualidade de vida, prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, promoção da cultura, paz e gravidez não planejada, dentre outras.

Escola inclusiva é aquela que proporciona uma educação voltada para o todo de forma que qualquer aluno que dela faça parte, independente deste ser ou não uma pessoa com deficiência, tenha condições de conhecer, aprender, viver e ser, num ambiente livre de preconceitos que estimule suas possibilidades e a formação de uma consciência crítica (SALGADO, 2011).

Sasaki (1991) complementa que a criança deve ser preparada para estar na escola, tanto em termos funcionais quanto sociais e a escola necessita ser preparada para receber o indivíduo com deficiência tanto no que se refere ao ambiente e quanto à sua formação.

Para auxiliar na inclusão de pessoas deficientes, o Governo Federal promulgou algumas portarias. Capovilla (2008) cita a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, a Libras. Esta lei reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como forma de comunicação e expressão para pessoas com deficiência auditiva e também garante o atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, e à inclusão nos cursos de Formação de Educação Especial, de fonoaudiologia e de magistério, tanto em nível médio como superior do ensino de Libras, como parte integrante dos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

De acordo com o decreto da lei sobre a deficiência, a Comissão Geral discute sobre o Estatuto da Criança com deficiência em novembro de 2007 sobre as possibilidades de alteração do Estatuto da Pessoa com Deficiência, com ênfase na escola inclusiva, se baseando no conceito de que não é o deficiente que deve adaptar-se à escola, mas a escola que deve adaptar-se ao deficiente.

O Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe sobre o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer. Afirma que a criança e o adolescente têm direito à educação a fim de que tenha pleno desenvolvimento pessoal, preparação para exercer plenamente a cidadania bem como qualificação para o trabalho. Para tanto, o estatuto assegura-lhes direitos básicos, dispostos em cinco incisos que garantem a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Para que isso seja possível, assegura-lhes o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência. Dando a eles direito de serem respeitados por seus educadores, e garantias para contestar critérios de avaliação podendo, inclusive, recorrer às instâncias escolares superiores. E, finalmente, é assegurado à criança e ao adolescente o direito de se organizarem e participarem de entidades estudantis.

De acordo com Tessaro (2004), vive-se em uma sociedade que até hoje exclui não apenas os deficientes, mais todas aquelas pessoas que estão longe do padrão da normalidade, uma vez que se vive em um padrão estabelecido socialmente e culturalmente.

Conforme Munguba (2007), a proposta da inclusão escolar não é recente. A Constituição Federal, promulgada em 1988, garante um atendimento escolar para pessoas com necessidades especiais na escola regular. Tessaro (2004, p. 403) afirma que: “Ser então uma pessoa diferente/deficiente nessa sociedade/cultura, infelizmente ainda implica em dor, sofrimento e isolamento”.

Monte et al. (2001) ressaltam não apenas tirar o aluno da classe especial e enviá-lo para a sala do ensino regular; é muito mais ampla e complexa e envolve uma gama de fatores tais como a reestruturação do sistema educacional, o resgate de toda uma história de preconceitos, de discriminação, de falta de credibilidade, de segregação e de medo do diferente/deficiente.

Lacerda (2007) também relata que inclusão escolar tem sido discutida no mundo. Muitos países acham a inclusão uma tarefa fundamental para a educação pública. Sendo assim, surgiram vários debates sobre a questão.

De acordo com o autor, inclusão é o direito que cada um tem de participar da vida social e ter um padrão de vida básico, de compartilhar oportunidades.

A tentativa de integração, de acordo com Ribas (1954), acontece na maioria das vezes pelas instituições, como “escola, hospitais psiquiátricos, penitenciárias, centros de reabilitação”, pois esses lugares vão tentar prepará-los para que a sociedade os aceite independente da sua dificuldade e para que tenham uma vida social “normal”.

Esse estudo objetivou analisar a escola inclusiva que pretende promover a igualdade de chances para que todos possam desenvolver seus potenciais independentemente da diversidade da condição humana, quer apresente necessidades especiais ou não.

Por isso, tanto o educando quanto a instituição escolar deve ser preparada a fim de que haja condições ideais para aprendizagem e para o desenvolvimento integral do ser. Para tanto, é relevante equacionar problemas, discutir soluções e equiparar oportunidades, pois, afinal, todos são merecedores de uma educação de qualidade.

## **I – Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa de campo, qualitativa e exploratória, realizada na Escola Estadual Silveira Brum, no município de Muriaé (MG), no período de junho a setembro de 2010. A coleta dos dados foi obtida por meio de uma entrevista semiestruturada e da observação participante em loco (técnica não estruturada) realizada uma vez por semana com duração de 2 horas. O público alvo foram indivíduos com baixa audição e/ou surdo inclusos no âmbito escolar com a participação voluntária de quatro deficientes auditivos (faixa etária de 12-20 anos) e três professores.

Como embasamento metodológico utilizaram-se Figueiredo (2007) e Severino (2008), além das orientações do manual da Faculdade de Minas (FAMINAS), Muriaé. A análise dos dados deu-se através da análise de conteúdo focada em Bardin (2002) e Minayo (2000).

Conforme prevê a Resolução n. 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, a pesquisa foi realizada após a autorização, por escrito, da coordenação da referida instituição e dos participantes, por meio do termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Todos os preceitos éticos de pesquisa em seres humanos foram atendidos, sendo a identidade dos pacientes preservada e os dados utilizados exclusivamente para este estudo.

## **II – Resultados e discussão**

A Tabela 1 mostra o tempo que os participantes estão matriculados.

Durante a pesquisa de campo, pôde-se constatar que não há nenhuma intervenção por meio da área da saúde, apenas pelo meio educacional, visto que nenhum dos voluntários da pesquisa soube responder qual seria a contribuição de um profissional da área da saúde no âmbito escolar, conforme se pode observar na Tabela 2.

Ainda de acordo com os pressupostos do PSE, é de extrema importância que os profissionais de saúde e educação se entendam para que haja sentido a promoção da educação em saúde, considerando os aspectos importantes no período escolar como a redução da mortalidade por acidentes e violências; prevenção e redução do consumo de drogas, álcool e tabaco e outros comportamentos de risco; promoção da saúde sexual e reprodutiva; promoção da cultura da paz; entre outras. A Tabela 3 mostra, de acordo com os alunos, as áreas de atuação que podem ser incluídas na escola, correlacionadas às profissões que recebem atendimentos na área de saúde fora do ambiente escolar.

Os alunos da sala de recurso (que são espaços específicos para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais) têm a oportunidade de aprender Língua Brasileira de Sinais (Libras), além de minorar as dificuldades que os mesmos apresentam tanto no contexto escolar como social, pois auxiliando na comunicação se promove a inclusão social. Mesmo com estes incentivos pedagógicos, não há profissionais da área de saúde para dar suporte aos alunos com deficiência auditiva.

Segundo a Lei n. 5.626, capítulo VI, do art. 23, as instituições devem proporcionar aos alunos surdos, tradutor e intérprete de Libras na sala de aula e em todos os espaços educacionais, incluindo equipamentos e tecnologias que viabilizem o acesso à comunicação, à informação e à educação. Os alunos

**TABELA 1** Tempo de estudo na Escola Estadual Silveira Brum

<b>Há quanto tempo você estuda na Escola Silveira Brum?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
1 a 2 anos	1
2 a 3 anos	0
3 a 4 anos	0
4 a 5 anos	3

**TABELA 2** Opinião sobre a inserção do profissional de saúde na escola

<b>Qual é, na sua opinião, a contribuição do profissional da área da saúde dentro da Escola Silveira Brum?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
Não souberam responder	4

**TABELA 3** Existência de acompanhamento terapêutico fora da escola

<b>Você tem algum acompanhamento terapêutico fora da escola?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
Fisioterapia	3
Terapia Ocupacional	2
Psicologia	4
Psicopedagogia	0
Odontologia	4

surdos da E. E. Silveira Brum possuem suporte de um interprete de Libras como se pode observar na Tabela 4.

Observa-se, na Tabela 5, que os surdos se relacionam mais entre si. Apenas um aluno se relaciona com outros alunos.

Os surdos, de uma forma geral, têm grande dificuldade na comunicação com os ouvintes, pois a grande maioria dos deficientes auditivos utiliza a Libras para se comunicar, não sendo a língua materna das pessoas ouvintes.

É de extrema importância correlacionar a socialização e a comunicação no ambiente escolar. Para tanto, todos os anos é realizado o ensino básico de Libras para professores e comunidade, com o objetivo de facilitar a comunicação entre os alunos e professores da instituição.

Do público voluntário da pesquisa, num universo de quatro deficientes auditivos todos possuem deficiências associadas (Tabela 6).

O profissional da área da saúde é de extrema importância para os alunos, pois os profissionais irão observar junto com os professores ângulos, apoios, objetos adaptados que auxiliem alunos com deficiência a se colocarem de maneira fisicamente mais confortável em sala de aula, propiciando a eles maior possibilidade de participação, integração e aprendizado, visto que algumas patologias vêm associadas a outras.

A Tabela 7 evidencia o tempo que o professor trabalha na escola.

Os professores, por trabalharem na escola por um bom tempo, já sabem como lidar com a questão da inclusão e dizem não sentir dificuldades de lecionar para pessoas com deficiência, conforme demonstrado na Tabela 8 e no relato de uma participante: “[...] Vejo todos como iguais independentes das suas peculiaridades ou dificuldade” (GNC 33 anos).

Na Tabela 9, verifica-se que as professoras têm consciência dos direitos dos portadores de deficiência auditiva e da necessidade de estruturação do sistema educacional para a efetivação do processo de inclusão e cumprimento de tais direitos.

Os profissionais têm que tomarem a causa como necessidade e procurar fazer os cursos para melhor atendê-los e, principalmente, todos estarem abertos a receberem estes alunos em suas salas de aula (GNC, 33 anos).

A Tabela 10 mostra a observação dos professores em relação ao comportamento dos demais alunos aos portadores de deficiência, evidenciando o preconceito. “No principio há um pouco de resistência por parte deles e das suas famílias. Com o passar do tempo, eles são agregados e respeitam” (GNC 33 anos).



**TABELA 4** Forma de comunicação na escola

<b>De que forma você se comunica com as pessoas da escola?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
Intérprete	4

**TABELA 5** Relacionamento com alunos não surdos no intervalo

<b>Você se relaciona com os colegas não surdos na hora do intervalo?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
Relaciona-se apenas com surdos	3
Relaciona com surdos e com ouvintes	1

**TABELA 6** Deficiências associadas

<b>Deficiências associadas</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de alunos</b>
Deficiência mental e surdez	1
Deficiências múltiplas	3

**TABELA 7** Tempo de docência na escola

<b>Há quanto tempo você trabalha na escola?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de professores</b>
4 anos	2
5 anos	1

**TABELA 8** Existência de dificuldade para lidar com a inclusão

<b>Você sente dificuldade em lidar com a questão da inclusão?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de professores</b>
Sim	0
Não	3

**TABELA 9** Necessidade de melhoria no processo de inclusão

<b>Para que haja a efetivação do processo de inclusão, é necessário realizar alguma modificação para atender os deficientes auditivos?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de professores</b>
Sim	3
Não	0

**TABELA 10** Mudança no comportamento dos alunos não surdos em relação à inclusão

<b>Você observa alguma mudança no comportamento dos demais alunos em relação à inclusão dos deficientes auditivos na Escola Estadual Silveira Brum?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de professores</b>
Sim	2
Não	1

Segundo Amui (1997), o professor dentro do processo de ensino aprendizagem é um “agente facilitador do conhecimento”, permitindo, desta forma, o entendimento de suas condutas pedagógicas, assim, o intérprete deve auxiliar o professor na comunicação dos surdos no ambiente escolar, tanto em sala de aula quanto na escola de modo geral, fato este comprovado pelos pesquisadores, pois foram unânimes as respostas das professoras quanto à necessidade do intérprete de Libras em sala de aula (Tabela 11).

As expressões ajudam os surdos a se comunicarem de forma mais clara, conforme se pode observar nos relatos dos profissionais na Tabela 12.

Não há dificuldade de comunicação entre o professor e o aluno com deficiência auditiva (Tabela 13). “Tenho curso e boa vontade em estar sempre aprendendo novo vocabulário e assim me aperfeiçoar” (GNC 33 anos).

Durante a observação participante feita na escola, pode-se notar o quanto os profissionais se esforçam para se efetive a inclusão escolar

### III – Considerações finais

Com a presente pesquisa, evidencia-se a importância da inclusão escolar dos alunos com deficiência auditiva quebrando barreiras atitudinais e transformando o ambiente escolar para o acolhimento das diferenças, além de promover a participação e a integração do aluno na sociedade, promovendo, desta forma, a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

A inserção de Libras e as salas de recurso no contexto escolar proporcionam um melhor atendimento ao deficiente auditivo na sala regular, de acordo com suas necessidades, favorecendo a socialização e a formação cidadã desses indivíduos.

Para que o processo de inclusão na referida escola seja completo, é necessária a atuação do profissional da saúde neste âmbito, ou seja, de uma equipe multidisciplinar a fim propiciar uma assistência educacional de qualidade por meio de ações de saúde conforme necessidade dessa clientela.

### Referências

AMUI, Selma. **Professor: profissão ou sina?** Araguari: Minas, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2002.

CAPOVILLA, Fernando César. **Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue: Língua Brasileira de Sinais.** 3. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

**TABELA 11** Percepção sobre a inclusão do intérprete de libras em sala de aula

<b>Qual é a sua percepção sobre a inclusão do intérprete de libras dentro da sala de aula?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de professores</b>
É necessário	3
Não é necessário	0

**TABELA 12** Forma de comunicação com os alunos deficientes auditivos

<b>De que forma você se comunica com os alunos deficientes auditivos?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de professores</b>
Expressão facial	0
Libras	3
Leitura labial	0

**TABELA 13** Dificuldade na comunicação

<b>Possui alguma dificuldade na comunicação?</b>	
<b>Respostas</b>	<b>Quantidade de professores</b>
Sim	0
Não	3

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Brasil.2. **Direitos do menor, Brasil.**3. Direitos da criança, Brasil. I. Série. II. Título. CDU 363.7(81)(094)

FARIA, Mirlene Ferreira Macedo. **Rendimento escolar dos portadores de surdez na escola regular em classe comum do ensino fundamental.** 1997. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Salamanca, Espanha: 1997.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica.** 2. ed. São Caetano do Sul: Yendis, 2007.

FREITAS, Pátricia Silvestre de; CIDADE, Ruth Eugênia Amarante. **Noções sobre educação física e esporte para pessoas portadoras de deficiência:** uma abordagem para professores de 1 e 2 grau. Uberlândia: Gráfica Breda, 1997.

INES – Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Direito das pessoas surdas.** Rio de Janeiro: INES, 2011. Disponível em: <[www.ines.gov.br/institucional/Paginas/Ines\\_Legislacao.pdf](http://www.ines.gov.br/institucional/Paginas/Ines_Legislacao.pdf)>.

LACERDA, C. B. F. O que dizem/sentem alunos participantes de uma experiência de inclusão escolar com aluno surdo. **Revista Brasileira de Educação Especial,** Marília, v. 13, n. 2, p. 257-280, maio/ago 2007.

MINAYO M. C. S. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

MONTE, Francisca R. F.; SIQUEIRA, Ivana; MIRANDA, José Rafael. (Orgs.). **Direito à educação:** necessidades educacionais especiais: subsídios para atuação do Ministério Público Brasileiro. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

MUNGUBA, M. C. **Inclusão escolar.** In: CAVALCANTI, A.; GALVÃO, C. (Org.). Terapia ocupacional: fundamentação e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

RIBAS, João Baptista Cintra. **O que são pessoas deficientes.** São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos; 89).

SALGADO, E. **Inclusão:** sonho ou realidade. Disponível em: <[http://www.elisabethsalgadoencontrando voce.com/inclusao\\_escolar\\_sonho\\_realidade.htm](http://www.elisabethsalgadoencontrando voce.com/inclusao_escolar_sonho_realidade.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão:** construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1991.

SOUZA, A. M. C. **A criança especial:** temas médicos, educativos e sociais. São Paulo: Roca, 2003.